

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

CNPJ nº 35.797.364/0001-29

2021		2020		2021			
Convênio e Parcerias		Convênio e Parcerias		Saldo em 2020 (R\$)	Adições	Baixas	Saldo em 2021 (R\$)
<p>As rendas de alugueis das propriedades para investimento reconhecidas no resultado em 31 de dezembro de 2021 são de R\$ 2.806.212 (R\$ 2.457.033 em 2020). 8. Imobilizado: As movimentações do custo, da depreciação e da baixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstradas nos quadros a seguir: Movimentação no exercício de 2021:</p>							
<p>Descrição</p>							
<p>Custo</p>							
<p>Terrenos 1.643.222 - - 1.643.222</p>							
<p>Edifícios 19.590.334 - - 19.590.334</p>							
<p>Móveis e utensílios 1.105.152 104.627 (2.988) 1.206.791</p>							
<p>Veículos 1.295.632 74.700 (49.000) 1.321.332</p>							
<p>Equipamentos e computadores 5.063.351 684.418 - 5.747.769</p>							
<p>Obras em andamento - - - -</p>							
<p>Total do custo 28.697.691 863.745 (51.988) 29.509.448</p>							
<p>Depreciação</p>							
<p>Edifícios (6.741.264) (502.413) - (7.243.677)</p>							
<p>Móveis e utensílios (807.482) (66.632) 1.057 (873.057)</p>							
<p>Veículos (1.066.314) (103.468) 49.000 (1.120.782)</p>							
<p>Equipamentos e computadores (3.918.668) (343.977) - (4.262.645)</p>							
<p>Total da depreciação (12.533.728) (1.016.490) 50.057 (13.500.161)</p>							
<p>Saldo líquido 16.163.963 (152.745) (1.931) 16.009.287</p>							
<p>Movimentação no exercício de 2020:</p>							
<p>Descrição</p>							
<p>Custo</p>							
<p>Terrenos 1.643.222 - - 1.643.222</p>							
<p>Edifícios (a) 19.117.199 - - 473.135 19.590.334</p>							
<p>Móveis e utensílios 1.093.099 110.701 (98.648) - 1.105.152</p>							
<p>Veículos 1.333.794 33.900 (72.062) - 1.295.632</p>							
<p>Equipamentos e computadores 4.748.124 407.851 (92.624) - 5.063.351</p>							
<p>Obras em andamento (a) 187.715 285.420 - (473.135) -</p>							
<p>Total do custo 28.123.153 837.872 (263.334) - 28.697.691</p>							
<p>Depreciação</p>							
<p>Edifícios (6.247.818) (493.446) - - (6.741.264)</p>							
<p>Móveis e utensílios (812.874) (67.836) 73.228 - (807.482)</p>							
<p>Veículos (983.508) (128.327) 45.521 - (1.066.314)</p>							
<p>Equipamentos e computadores (3.649.329) (337.093) 67.754 - (3.918.668)</p>							
<p>Total da depreciação (11.693.529) (1.026.702) 186.503 - (12.533.728)</p>							
<p>Saldo líquido 16.429.624 (188.830) (76.831) - 16.163.963</p>							
<p>9. Fornecedores: O saldo de fornecedores refere-se, substancialmente, a compra de mercadorias e serviços destinados a operação de captação de recurso e atendimento no acolhimento e fortalecimento das crianças e adolescentes.</p>							
<p>Fornecedores - Captação de Recurso 571.134 856.596 - - 1.427.730</p>							
<p>Fornecedores - Acolhimento e Fortalecimento 141.405 76.246 - - 217.651</p>							
<p>712.539 932.842</p>							
<p>10. Obrigações Trabalhistas:</p>							
<p>Provisão e encargos sociais s/ férias 2.666.336 2.444.596 - - 5.110.932</p>							
<p>Salários e ordenados a pagar 571.691 388.437 - - 960.128</p>							
<p>3.238.027 2.833.033</p>							
<p>11. Receita diferida:</p>							
<p>Receita diferida (passivo circulante) 523.785 449.136 - - 972.921</p>							
<p>Receita diferida (passivo não circulante) 5.219.793 5.381.762 - - 10.601.555</p>							
<p>5.743.578 5.830.898</p>							
<p>(a) Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 3(g), os recursos vinculados que são aplicados na aquisição de ativos imobilizados são reconhecidos como uma receita diferida no passivo circulante e no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo do ativo imobilizado.</p>							
<p>As principais imobilizações realizadas com recursos vinculados foram:</p>							
<p>Programa</p>							
<p>Igarassu (PE) 2.480.341 (75.174) - - 2.405.167</p>							
<p>Igarassu - Reforma (PE) 812.662 (25.740) - - 786.922</p>							
<p>Araçoiaba (PE) 582.003 (12.328) - - 569.675</p>							
<p>Manaus (AM) 454.514 (22.240) - - 432.274</p>							
<p>João Pessoa (PB) 21.420 (4.481) - - 16.939</p>							
<p>Porto Alegre (RS) 747.330 (196.205) 6.806 - 557.931</p>							
<p>Santa Maria (RS) 1.991 (563) - - 1.428</p>							
<p>Juiz de Fora (MG) 1.181 (728) - - 453</p>							
<p>Caicó (RN) 44.996 (12.671) 3.418 - 35.743</p>							
<p>Foz de Iguaçu (PR) 151.501 (66.414) 128.214 - 213.301</p>							
<p>Cianorte (PR) 22.348 (3.124) - - 19.224</p>							
<p>Goioerê (PR) 41.781 (7.567) 3.891 - 38.105</p>							
<p>Lauro Freitas (BA) 69.737 (10.286) 54.970 - 114.421</p>							
<p>Salvador (BA) 1.563 (188) - - 1.375</p>							
<p>Brasília (DF) 36.718 (7.157) 60.048 - 89.609</p>							
<p>São Paulo (SP) 31.425 (5.492) 9.002 - 34.935</p>							
<p>Limeira (SP) 19.136 (3.984) 25.184 - 40.336</p>							
<p>Poá (SP) 1.351 (151) - - 1.200</p>							
<p>S.B.C (SP) 89.921 (9.605) - (23.649) 56.667</p>							
<p>Rio de Janeiro (RJ) 1.502 (4.770) 31.742 - 28.474</p>							
<p>Refugiados Venezuelanos 217.477 (41.829) 82.929 - 258.577</p>							
<p>Capão da Canoa (RS) - 1.415 30.210 (2.173) 29.452</p>							
<p>Mossoró (RN) - (248) 1.999 - 1.751</p>							
<p>Campinas (SP) - (559) 10.178 - 9.619</p>							
<p>5.830.898 (510.089) 448.591 (25.822) 5.743.578</p>							
<p>12. Provisão para Demandas Judiciais e Depósitos Judiciais: A Associação é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em seu montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. As movimentações dos depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais nos exercícios de 2021 e 2020, são correlacionados e apresentados pelo líquido, conforme quadro abaixo:</p>							
<p>2021</p>							
<p>Depósitos</p>							
<p>judiciais 2.480.606 (769.595) - - 1.711.011</p>							
<p>Demandas</p>							
<p>judiciais 2.480.606 (769.595) - - 1.711.011</p>							
<p>Depósitos</p>							
<p>judiciais líquido 2.480.606 (769.595) - - 1.711.011</p>							
<p>Demandas</p>							
<p>judiciais líquido 2.480.606 (769.595) - - 1.711.011</p>							
<p>2020</p>							
<p>Depósitos</p>							
<p>judiciais 61.367 (33.452) 27.915 - 55.830</p>							
<p>Demandas</p>							
<p>judiciais 61.367 (33.452) 27.915 - 55.830</p>							
<p>Depósitos</p>							
<p>judiciais líquido 61.367 (33.452) 27.915 - 55.830</p>							
<p>Demandas</p>							
<p>judiciais líquido 61,367 (33,452) 27,915 - 55,830</p>							
<p>Subtotal 1.552.711 1.727.967</p>							
<p>Total de subsídios governamentais 29.437.574 25.005.127</p>							
<p>15.3. Doações nacionais:</p>							
<p>2021</p>							
<p>Amigos 14.967.458 12.318.230</p>							
<p>Empresas 366.759 1.188.185</p>							
<p>Coca-Cola 77.158 106.179</p>							
<p>Fundação Prada 87.398 25.003</p>							
<p>AkzoNobel 164.469 49.710</p>							
<p>Telefônica 67.326 96.574</p>							
<p>Fundação CEPESA 98.965 14.841</p>							
<p>Ford GlobalGiving - 111.221</p>							
<p>Itaipu 19.934 28.478</p>							
<p>Apsen Farmacêutica - 19.118</p>							
<p>Malvee - 61.740</p>							
<p>Fundação Itaipu - 225.000</p>							
<p>Marcenaria Move 28.428 -</p>							
<p>Dow Química 40.010 -</p>							
<p>Posto Ipiranga 16.000 -</p>							
<p>Sowitec do Brasil 1.000 -</p>							
<p>CVI Refrigerantes 10.808 -</p>							
<p>Schweitzer Eng. Lab. - SEL 55 -</p>							
<p>Fundações filantrópicas 627.839 110.976</p>							
<p>UNICEF Roraima - 1.091.835</p>							
<p>UNICEF Manaus 1.703.589 2.652.749</p>							
<p>ACNUR 2.440.707 2.114.567</p>							
<p>Conrado Wessel 120.000 260.000</p>							
<p>Herbalife 99.063 218.163</p>							
<p>Centro Saúde Lis Mosekilde 261.498 609.140</p>							
<p>UPS 101.754 9.868</p>							
<p>Escoteiros RJ 1.721 4.990</p>							
<p>Passos para a Cidadania 51.433 39.638</p>							
<p>GlobalGiving 1.274.066 -</p>							
<p>Embaixada Americana 27.939 -</p>							
<p>Allianz 15.590 -</p>							

continua



ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL

CNPJ nº 35.797.364/0001-29

-☆ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em Reais)

	2021	2020		2021	2020
Embaixada Canadá	30.193	-	taxa Selic, que impacta diretamente em nossas aplicações de renda fixa. 21. Trabalho voluntário: Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a Associação identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebida durante os exercícios de 2021 e 2020. O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas do valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:		
Fundação Banco do Brasil	99.936	-			
Swiss Re Foundation	36.644	-			
Fundação FEAC	9.274	-			
Instituto Internacional Paper	19.511	-			
TMAC	50.079	-			
Outras receitas	24.500	-			
Mercadorias	1.748.421	6.498.622			
Eventos e produtos	140.375	320.717			
Total de doações nacionais	24.830.100	28.175.544			
Doações nacionais de fundações filantrópicas: em 2021 foi renovado o plano emergencial para atendimento aos refugiados venezuelanos em parceria com a ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados), gerando um montante de doações nacionais de fundações filantrópicas de R\$ 2.440.707 (R\$ 2.114.567 em 2020). Em 2021, foi renovado entre a Associação e UNICEF, o acordo do programa de cooperação, destinado aos cuidados residenciais entornos familiares, no plano de emergência, destinados aos refugiados venezuelanos nas localidades de Manaus, gerando um montante de doações de fundações filantrópicas de R\$ 1.703.589 (R\$ 2.652.749 em 2020). 16. Despesas com Pessoal:					
Salários e encargos sociais	(29.415.071)	(27.067.360)			
Benefícios	(4.535.652)	(4.577.098)			
Indenizações	(462.458)	(418.972)			
	(34.413.181)	(32.063.430)			
17. Despesas Gerais e Administrativas:	2021	2020			
Serviços de terceiros	(5.188.712)	(3.749.236)			
Despesas com alimentação	(5.120.372)	(5.036.403)			
Manutenção, conservação e reparo	(3.092.845)	(2.184.594)			
Despesas com água, energia elétrica e telefone	(1.971.771)	(1.826.637)			
Veículos e conduções	(1.060.078)	(1.053.926)			
Aluguéis	(2.235.462)	(2.159.785)			
Despesas com materiais escolares, medicamentos e vestuário	(1.035.348)	(2.473.791)			
Membresia SOS (a)	(1.849.787)	(2.394.394)			
Materiais de escritório, higiene e limpeza	(1.640.139)	(2.479.708)			
Despesas com casa lar	(392.852)	(294.246)			
Consultoria	(253.474)	(292.388)			
Gastos com as crianças (atividades culturais, entretenimento, passeios)	(33.259)	(23.120)			
Outras	(1.359.254)	(2.106.359)			
	(25.233.353)	(26.074.587)			
(a) Membresia refere-se ao custo para a utilização da marca "Aldeias Infantis SOS". Até o ano de 2011 este montante era calculado ao percentual de 4% sobre o valor total arrecadado nacionalmente. Já em 2012, a Organização (a nível mundial) realizou um estudo para viabilizar a redução dos gastos que as Associações Nacionais vinham assumindo com a cota de Membresia, onde então ficou decidido que o Hermann Gmeiner Fonds Deutschland - HGF assumiria este custo. A partir de 2013, mudou-se a metodologia de cálculo sobre o valor da Membresia de cada Associação Nacional, onde o montante a ser tomado em conta é o total captado pelas Associações Promotoras em função de cada país. O valor apresentado em 2021 e 2020 é um referencial contábil, pois não houve desembolso de caixa para a Associação Nacional. O montante foi assumido pelas Associações Promotoras, a contrapartida deste valor está no grupo de receitas internacionais. 18. Despesas com captação de doações voluntárias:					
	2021	2020			
Serviço de captação de doações voluntárias - Face to Face	6.321.209	(5.833.902)			
Publicidade e comunicação	(668.074)	(635.723)			
	(6.989.283)	(6.469.625)			
19. Outras receitas operacionais líquidas:	2021	2020			
Crédito s/recuperação de PIS s/Folha	806.394	-			
Baixa de provisão de férias	492.195	554.304			
Reversão e Baixa de Provisão para Demandas Judiciais	74.162	328.689			
Pagamento de Sucumbência	(243.944)	-			
Atualização para Demanda Judiciais	202.530	81.321			
Receita na venda de ativo imobilizado	5.090	57.928			
Atualização de Depósito Judicial	66.082	50.559			
Constituição de Provisão para Demanda Judicial	(93.675)	(46.422)			
Baixa custo e depreciação do ativo imobilizado	(1.931)	(76.831)			
Outras entradas/saídas	(200.667)	115.558			
	1.106.236	1.065.106			
20. Resultado financeiro líquido:	2021	2020			
Despesa financeira					
Despesas bancárias	(720.866)	(666.417)			
Receita financeira					
Rendimentos de aplicações financeiras	574.289	280.822			
	(146.577)	(385.595)			
A variação dos rendimentos financeiros refere-se: incremento em nossa reserva e o aumento da					

Caixa e equivalentes de caixa

Aplicações em fundos de investimentos

Título de capitalização

Contas de Poupança - Ativo

Depósito judicial

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco da Associação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Associação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Associação. A Associação apresentava em 31 de dezembro de 2021 saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras R\$ 17.147.047 (R\$ 12.756.841 em 2020) frente ao passivo circulante na mesma data base de R\$ 4.700.943 (R\$ 4.518.271 em 2020) o que representa uma liquidez livre de R\$ 12.446.104 (liquidez livre de R\$ 8.238.570 em 2020). As maturidades contratuais de passivos financeiros são de até 6 meses para os fornecedores que possuem saldos de R\$ 712.539 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 932.842 em 2020), não havendo nenhum passivo financeiro com vencimento superior a 6 meses. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de prestação do serviço de assistência social. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Associação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Esse risco é mitigado uma vez que o principal componente do custo refere-se custo de pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias. Com relação às taxas de juros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Associação centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI em certificado de depósito interbancário e fundos renda fixa. **Hierarquia de valor justo:** A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - nível 2

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:

Aplicações em fundos de investimentos

23. Imunidade tributária: Tendo em vista que a Associação não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ela está imune ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, ao Programa de Integração Social - PIS, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e de impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional - CTN. A Associação possui os seguintes registros de suas atividades: • Certificado de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto 48.451, de 20 de janeiro de 2004, validade até 21/02/2023; • Certificado de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto nº 32.064, de 17 de agosto de 1992, alterado pelo Decreto nº 43.302, de 04 de junho 2003, validade até 02 de abril de 2023; • Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (conforme o Decreto 6308/2007 que teve seus parâmetros nacionais definidos por meio ao Conselho Municipal de sua sede - no caso Conselho Municipal de Assistência Social - SP com validade por tempo indeterminado); • Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - SP, registro nº 0162/1994, com validade até 22 de novembro de 2021, em processo de renovação. • Declaração ITCMD com validade até 28 de abril de 2022. **Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** A Associação possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social publicado no Diário Oficial da União em 22/12/2014, com validade de 14/08/2010 até 13 de agosto de 2015. No ano de 2014, foi protocolado tempestivamente o pedido de renovação no Ministério de Desenvolvimento Social. Em 31/10/2018, foi publicado no Diário Oficial da União a portaria nº 308, de 29 de outubro de 2018, indeferindo o pedido de renovação, dando-nos o prazo de 30 dias, após a publicação no DOU, para recorrermos da decisão, que foi feito de imediato, conforme protocolo recebido em 26/11/2018. Nosso recurso foi aceito e divulgado em nota técnica no dia 26/09/2021 e o processo voltou para fase de análise. Afim do cumprimento da legislação, que estabelece um período de renovação de forma trienal, sendo assim a solicitação do período de 2017/2020 e 2020/2022 foram protocolados, conforme previsto e está no aguardo da decisão do pedido anterior. Além disso, a Associação cumpre os seguintes requisitos previstos no artigo 29 da Lei nº 12.101/2009 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social: • Não percebam seus Diretores, Conselheiros, Sócios, Instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; • Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; • Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); • Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; • Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; • Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial; • Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; • Apresente as demonstrações contábeis devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade. A Associação possui a totalidade de suas ações sociais efetuadas de forma gratuita sendo o tipo de assistência que presta associado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo incorrido em despesas operacionais (despesas com pessoal, administrativas e gerais, e despesas com captação de doações voluntárias) na consecução de seus objetivos sociais no montante de R\$ 66.635.817 em 2021 (R\$ 64.607.642 em 2020), tendo usufruído de isenções previdenciárias (quota patronal) no montante de R\$ 4.832.799 em 2021 (R\$ 4.385.410 em 2020). A aprovação dos cálculos, bem como das premissas utilizadas pela Associação estão vinculadas às prestações futuras de contas junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **24. Renúncia Fiscal:** Em atendimento ao item 27, letra "c" da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020: • Incidentes sobre a receita (ISS 5%, PIS 0,65% e COFINS 3,0% - regime cumulativo); • Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ) e CSLL 34%; • Incidentes sobre a folha de pagamento (PIS 1%). **25. Seguros:** A Associação mantém cobertura de seguros da frota de seus 30 veículos, conforme apólice nº 0531345665371 da Porto Seguro - Auto Frota, vigente até 07/09/2022, cujas as coberturas são:

Valor máximo de Indenização

Casco - Compreensiva

Acidente pessoais por pessoa

Danos materiais a terceiros

Danos corporais a terceiros

Assistência 24 horas básica - rede referenciada

Danos ao vidros, faróis, lanternas e retrovisores

Carro reserva básico

As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Pedro Paulo Elejalde de Campos - Diretor-Presidente

Alberto Guimarães dos Santos - Gestor Nacional

Andrea Veronica Huggard Caine Reti - Diretora Tesoureira

Fábio da Silva Santos - Contador CRC1SP276273/O-0

Parecer do Conselho Fiscal - Exercício 2021

O Conselho Fiscal da Organização Aldeias Infantis SOS Brasil, em cumprimento às disposições estatutárias, examinou as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Com base nos exames efetuados e considerando o parecer, sem ressalvas, dos auditores independentes BDO RCS Auditores Independentes, datado de 08 de março de 2022, é de opinião que as demonstrações financeiras acima referidas estão em condições de serem aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 08 de março de 2022.

Daniel Berselli Marinho

Roberto Miguel

Arthur Eugênio Furtado Achôa

Luiz Rodovil Rossi Junior

Ricardo Morata Canalonga

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros e Diretores da Aldeias Infantis SOS Brasil - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Aldeias Infantis SOS Brasil ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aldeias Infantis SOS Brasil em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) incluindo as disposições contidas no ITG 2002 (R1) - entidades sem finalidade de lucros. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro,

já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2022

BDO RCS Auditores Associados Ltda. - CRC 2 SP 015165/O-8
Carlos Aragaki - Contador - CRC 1 SP 132091/O-0